CLIPPING INTERNET

04/10/2022 ATÉ 04/10/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CNJ
1.1 SITE O PROGRESSO..... 1
2 DESEMBARGADOR
2.1 BLOG DOMINGOS COSTA..... 2 3
3 PRESIDÊNCIA
3.1 SITE FOLHA DO BICO..... 4
3.2 SITE O MARANHENSE..... 5

DEPUTADO BANANEIRA: Filho de Desembargador que chamou Josimar de pai e tomou benção, não consegue se reeleger

01 Comentário

FacebookTwitterWhatsAppTelegram

O deputado estadual Pará Figueiredo (PL), filho do Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, não conseguiu votos suficientes para passar do primeiro mandato na Assembleia Legislativa.

Pará Figueiredo – que durante o mandato foi considerado “baixo clero” – obteve 37.186 votos e já pode se aposentar de política partidária. Agora, o caminho para passar o ostracismo é procurar um emprego.

O deputado é o mesmo que protagonizou no mês de agosto uma das cenas mais hilárias da política maranhense, quando o município de Estreito, chamou o deputado federal Josimar Maranhãozinho de pai e a deputada estadual Detinha de mãe.

E na semana seguinte, agora durante comício em São José de Ribamar, o mesmo Pará beijou as mãos de Josimar e pediu bênção do deputado federal. De forma que conseguiu piorar o que já era horrível.

– Traição ao governo estadual

Pará foi um dos deputados estaduais que traiu o Governador Carlos Brandão (PSB). Mesmo após gravar vídeo externando o apoio ao socialista, o parlamentar mudou de opinião e fechou com Weverton Rocha a pedido de Josimar Maranhaõzinho e depois foi árduo crítico do governo estadual em suas redes sociais.

– Pegou mal

No meio jurídico, o fato de um filho de Desembagador do TJ-MA cultuar o político que mais tem a imagem atrelada à corrupção e envolvimento em esquema de desvio de recursos públicos federais e municipais pegou muito mal.

Pior que isso é o fato do pai do deputado, o Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, ter atuado, votado e anulado a operação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado) exatamente contra Josimar.

– Deputado bananeira

Deputada “bananeira” é aquela que só dá uma vez, cortada depois da primeira colheita. Em termo político, significa dizer que é uma parlamentar de mandato único, que não consegue se reeleger.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
04/10/2022 - BLOG DOMINGOS COSTA
NEUTRA
Vexame de Weverton faz candidatura de Daniel Leite a Desembargador virar fumaça

Vexame de Weverton faz candidatura de Daniel Leite a Desembargador virar fumaça

Daniel Leite é advogado que atua em adezenas de dezenas de prefeituras do PD; é ligado a Weverton e ao presidente da FAMEM, Erlânio Xavier – prefeito de Igarapé Grande.

Daniel Leite atua em dezenas de prefeituras ligadas a Weverton a Erlânio Xavier.

Não será desta vez que o advogado Daniel de Faria Jerônimo Leite terá chance de se aproximar do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão como integrante daquela Corte.

Nestas eleições Leite apostou todas as suas fichas que o senador Weverton Rocha (PDT) seria eleito governador do Maranhão.

Erro, e errou feio!

Advogado do PDT, Daniel era – até antes da abertura das urnas no último domingo (2) – candidato a integrar a lista dos 12 (doze) mais votados na eleição aberta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), de onde sairá um nome que se tornará Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), pelo quinto constitucional.

Quem irá escolher o próximo desembargador do TJ-MA será o governador reeleito Carlos Brandão (PSB), que receberá a lista tríplice formada pela OAB-MA.

O “plano platônico” de Daniel Leite, até então, era Weverton se eleger governador para ele ser escolhido Desembargador.

Porém, o foguete deu ré…

Aliás, Weverton é igual “cerca velha”, quem encosta nele, cai…

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
04/10/2022 - SITE FOLHA DO BICO
NEUTRA
Tocantins sedia Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil

Tocantins sedia Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil

04/10/2022 18:33:47

Presidido pelo desembargador João Rigo Guimarães, o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) será anfitrião, a partir desta quarta-feira, 5, em Palmas, do IV Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), cuja programação é voltada para temas ligados à inovação e vai até a próxima sexta-feira, 7.

Com apresentações culturais, a abertura do evento será às 19 horas no auditório da sede do TJTO, na Capital.

Jovens socioeducandos assistem a jogos do Sampaio no Castelão

O artigo 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que “a criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Com o objetivo de contribuir com a garantia de direitos fundamentais e a ressocialização dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de restrição ou privação de liberdade nas unidades de São Luís, o Poder Judiciário, por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) e o Sampaio Correa Futebol Clube firmaram Termo de Cooperação para efetivar o projeto “Rolê do Esporte: a socioeducação em campo”, para permitir que os jovens socioeducandos assistam a partidas de futebol do Sampaio Correa, pelo Campeonato Brasileiro.

O Termo de Cooperação foi assinado pelo coordenador-geral da UMF/TJMA, desembargador Ronaldo Maciel; pela presidente da FUNAC, Sorimar Saboia; e pelo presidente do Sampaio, Sérgio Frota, e conta o apoio da SEAP e MOB.

Por meio do acordo, 20 adolescentes que cumprem medidas nas unidades da Ilha de São Luís estiveram nas arquibancadas do Estádio Castelão para acompanhar a partida entre Sampaio e Grêmio, na última sexta-feira, 30. O projeto ainda prevê a participação de outros 55 adolescentes nos jogos do Sampaio marcados para os dias 3 e 11 de outubro, e 6 de novembro, partidas pelo Campeonato Brasileiro, Série B, no Estádio Castelão.

A primeira edição do projeto também contou com a presença do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten; o corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho; do coordenador-geral da UMF, desembargador Ronaldo Maciel; da presidente da FUNAC, Sorimar Saboia; do presidente do Sampaio, Sérgio Frota; do juiz coordenador da UMF, Douglas de Melo Martins; da coordenadora local do programa Fazendo Justiça (CNJ), Claudia Gouveia; do defensor público da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, Murilo Guazelli; da defensora da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, Jéssica Maciel; da chefe da Divisão Estrutural Técnica da UMF, Ana Letícia Barbosa, além de servidores(as) do Judiciário e FUNAC.

O desembargador Ronaldo Maciel, idealizador da iniciativa, ressalta que o objetivo principal é contribuir com a socioeducação e ressocialização dos jovens que estão cumprindo medidas nas unidades socioeducativas, com a garantia de direitos previstos no ECA e na Constituição Federal. “É importante que os adolescentes tenham contato com o esporte, que é uma forma de inclusão social para esse público que está em extrema vulnerabilidade”, avalia.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, elogiou a iniciativa do projeto, que permite a participação dos adolescentes em uma atividade esportiva. “A UMF e toda equipe estão de parabéns com esse projeto belíssimo que é o Rolê do Esporte, trazendo os socioeducandos para o estádio de futebol, que possam levar esse clima para suas vidas e transformar a energia do estádio em esperança por dias melhores”, avaliou.

A presidente da FUNAC, Sorimar Saboia, vê como importantíssima a iniciativa, por oportunizar aos adolescentes uma saída para participarem de evento social, como qualquer cidadão e sujeito de direitos. “Estão tendo uma oportunidade de construir cidadania e serem vistos como sujeitos de direitos, pessoas que precisam de oportunidades para vivenciar algo que é comum na sociedade, ressignificando suas vidas e contribuindo para

que se sintam parte e encontrem seu caminho na sociedade”, observou.

“Pela própria história do Clube do Sampaio, entendemos que o esporte é uma importante ferramenta de inclusão social e é esse o objetivo dessa parceria com o Poder Judiciário e a FUNAC”, pontuou o presidente do Sampaio, Sérgio Frota.

“Como diz o próprio nome do projeto, é uma possibilidade de os jovens terem uma atividade externa de ressocialização, aliando a socioeducação com visitas a locais públicos como essa atividade esportiva, com apoio do Sampaio nesse caso”, pontuou o defensor público Murilo Guazelli.

O jovem C.E., que participou da primeira edição do projeto, achou muito interessante a oportunidade de sair da unidade para uma atividade esportiva. “Foi muito boa essa oportunidade, outros gostariam de estar no meu lugar hoje, de estar junto com outros adolescentes abraçando essa chance, e espero ter outra oportunidade como essa”, disse.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
04/10/2022 - SITE O PROGRESSO
POSITIVA
População poderá solucionar conflitos durante a Semana Nacional de Conciliação

População poderá solucionar conflitos durante a Semana Nacional de Conciliação

Amanda Campos
Agência TJMA de Notícias

Foto: Divulgação: CNJ

Com o tema “Menos conflitos e mais recomeços”, será realizada de 7 a 11 de novembro de 2022 a XVII Semana Nacional da Conciliação (SNC). A iniciativa é promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais.

A campanha deste ano pretende incentivar novos começos por meio de acordos entre as partes. A ação é um esforço coletivo do Poder Judiciário, com o intuito de conciliar o maior número possível de processos no país, resolvendo conflitos de forma rápida, simples, gratuita e efetiva.

MARANHÃO
O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância da Semana Nacional da Conciliação, conclamando juízes e juízas a se empenharem no evento, selecionando o maior número possível de processos passíveis de conciliação. “Somos uma instituição republicana. Portanto, a Justiça que tarda, falha. Espero contar com o apoio de todos e todas para construirmos uma Justiça de Proximidade, e fazermos um grande evento, em novembro, em benefício da população”, pontuou.

No Maranhão, o evento é coordenado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, enfatizou o alcance social da iniciativa com vistas à pacificação social. “Precisamos oferecer uma resposta mais rápida e efetiva às pessoas que batem às portas do Poder Judiciário, atendendo aos seus anseios. A conciliação é o melhor caminho!”, frisou.

DEMANDAS
Durante a SNC 2022, os cidadãos e as cidadãs poderão solucionar demandas processuais (com ação judicial) e demandas pré-processuais (sem ação judicial), desde que haja interesse das partes envolvidas no conflito pela realização de acordo homologado judicialmente.

CADASTRO
Considerando a importância do evento que integra o calendário da Justiça, a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA solicita às Unidades Judiciais do Maranhão que realizem o cadastro do quantitativo de audiências e de camisas no Portal do TJMA, até o dia 15 de outubro. O acesso é feito através do sistema “Conciliação”, no Sentinela, no Portal do Poder Judiciário do Maranhão.

Demandas Processuais:
As partes que tiverem interesse em participar da Semana Nacional da Conciliação deverão solicitar a inclusão de processo na pauta, peticionando nos autos, por meio de seus advogados(as).

Demandas Pré-Processuais:
Cidadãos e cidadãs que tiverem interesse em participar do evento para tentar solucionar questões pré-processuais deverão entrar em contato com os Centros de Solução de Conflitos (Cejuscs); ou preencher formulário eletrônico, no Portal do TJMA.

Advogados(as) também podem cadastrar as demandas pré-processuais, diretamente no sistema Processo Judicial eletrônico (PJe), no Portal do Poder Judiciário.

CAMPANHA
A campanha em prol da conciliação, realizada anualmente desde 2006, envolve os Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais, os quais selecionam processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.
As audiências de conciliação são orientadas pela Resolução CNJ nº 125/10, que estabelece procedimentos para o tratamento adequado de conflitos de interesses, no âmbito do Poder Judiciário.